

SUBSÍDIOS PARA A VISIBILIDADE DE MULHERES NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA

Ana Carla de Abreu Siqueira¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar um grupo de pensadoras pertencentes a diferentes períodos e áreas da história da filosofia como opções relevantes diante de filósofos já consagrados e amplamente explorados em nossos estudos acadêmicos. Faço uma breve lista destas dez pensadoras diante de seus respectivos contemporâneos: Aspásia de Mileto, Christine de Pizan, Anne Conway, Mary Wollstonecraft, Harriet Taylor Mill, Edith Stein, Simone de Beauvoir, Hannah Arendt, María Zambrano e Djamila Ribeiro. Em todas elas, há conceitos e temas explorados pelos autores apresentados como contraponto, permitindo-nos identificar os traços de pensamento em comum entre eles. Também serão indicadas sua originalidade e as reflexões em que estão apresentadas questões sobre mulheres. Com essa abordagem, espero mostrar a importância de incluirmos filósofas como caminho para superarmos a desigualdade de gênero ainda presente em nossas práticas filosóficas.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo. História da filosofia. Mulheres.

ABSTRACT: The aim of this paper is to present a group of female thinkers belonging to different periods and areas of the history of philosophy as relevant options in face of already established and widely explored male philosophers in our academic studies. I make a short list of those ten thinkers in face of their respective male contemporaries: Aspasia, Christine de Pizan, Anne Conway, Mary Wollstonecraft, Harriet Taylor Mill, Edith Stein, Simone de Beauvoir, Hannah Arendt, María Zambrano and Djamila Ribeiro. In all of them, there are concepts and themes explored by the authors presented as counterpoint, allowing us to identify the common traits of thought between

¹ Doutoranda em Filosofia – UFC/Funcap

them. It will also indicate their originality and the reflections in which questions about women are presented. With this approach, I hope to bring the importance of including female philosophers as a way to overcome the gender inequality still present in our philosophical practices.

KEYWORDS: Feminism. History of philosophy. Women.

Olhando para a história da filosofia, percebemos o quanto é essencial e urgente que mais mulheres sejam lidas, interpretadas e discutidas. Isso não significa excluir os homens ou invalidar suas teorias – embora seja indispensável apontar e criticar cada expressão de misoginia presente em seus textos. Cabe-nos então a tarefa de resgatar o legado deixado por tantas pensadoras que ainda são excluídas dos currículos de universidades e escolas brasileiras. O objetivo deste texto é mostrar que, embora ainda em proporções menores, para ilustres pensadores há também grandes pensadoras contemporâneas a eles tratando das mesmas questões e partindo de conceitos semelhantes. Assim, faço um breve resumo de dez filósofas – algumas já conhecidas e outras pouco mencionadas – em comparação a dez filósofos amplamente estudados, a fim de mostrar que a filosofia feita pelos homens não é nossa única opção de objeto de estudo. Esta é uma possibilidade de ampliarmos o conhecimento de um tema específico da história da filosofia, mas principalmente de entrarmos em contato com alguns trabalhos que reparam a ausência de questões sobre as mulheres, como veremos em muitas autoras que serão apresentadas.

É importante ressaltar que não se trata de substituir um autor por uma autora. Quero mostrar que filósofos e filósofas dialogam sobre temas em comum, não sobrando mais desculpas para que elas estejam fora dos nossos estudos. Estamos historicamente em condição de desigualdade e nosso pensamento, em geral, é frequentemente invalidado, como também as questões específicas em torno de uma constituição feminina são desacreditadas por muitos acadêmicos e pensadores. E se a transformação do contexto no qual vivemos depende dos nossos esforços, incluir mulheres em nossas referências e ouvir o que elas têm a dizer é uma tentativa de reparar o esquecimento sofrido na tradição filosófica. Afinal, nenhum trabalho filosófico é neutro e situado fora da história, o que nos exige dialogar com as diversas vozes que pertencem ao nosso mundo e cujas formações são plurais, influenciadas por situações e contextos específicos.

No mesmo sentido, a filosofia deve falar em gênero e dos problemas que marcam nossas vivências, visto que nós, mulheres, também somos protagonistas da história. A prática filosófica das mulheres deve ser incluída em nossos estudos não apenas em questões que dizem respeito aos nossos corpos, comportamentos e experiências particulares. Mulheres sempre fizeram filosofia e

desenvolveram ideias referentes aos problemas comuns da humanidade, apenas não tiveram oportunidades de estudar, pesquisar e ensinar na mesma proporção que os homens tiveram. Ou seja, precisamos vasculhar as bibliografias sobre os temas mais relevantes da história da filosofia – política, estética, epistemologia, linguagem, ontologia, ética, moral, hermenêutica, fenomenologia, lógica, gênero – para encontrarmos filósofas e certamente iremos nos deparar com um amplo material de ideias tão fecundas quanto originais. Depois desse passo, cabe-nos a leitura e a interpretação dos textos, fazendo com que suas teorias sejam alcançadas por mais leitoras e leitores. Esse passo é decisivo e nos permitirá modificar nosso conhecimento ao oferecer contribuições ricas aos estudos filosóficos. E mesmo que não tenhamos um contato direto com a obra de alguma autora específica, é essencial saber que essas mulheres existiram e existem, além de saber que seus pensamentos resistem.

A baixa representatividade das mulheres em muitos programas de pós-graduação e no corpo docente é consequência dos inúmeros obstáculos que encontramos no caminho: falas interrompidas; piadas sem-graça feitas por “homens de outra geração” ou por “apenas meninos”; *mansplaining*, que é o hábito que os homens têm de nos explicar tudo, mesmo quando não entendem sobre o assunto e quando não pedimos explicação; inúmeros casos de assédio moral e assédio sexual; dificuldades em conciliar pesquisa e maternidade por falta de suporte; racismo, homofobia e outros preconceitos sofridos por mulheres que não estão em posição de privilégio; e a exclusão das mulheres da tarefa de tomar algumas decisões administrativas nas universidades ou em questões relativas às publicações, por exemplo. Do mesmo modo, ao longo da história, muitas pensadoras encontraram dificuldades para que suas obras fossem publicadas, algumas tiveram que usar pseudônimos e outras sequer puderam ocupar cargos em universidades. E até hoje há resistência em adotá-las como referências, fazendo com que elas continuem sendo injustiçadas.

Quando não nos reconhecemos em um ambiente, fica mais difícil pertencer a ele. Por isso, toda tentativa de dar visibilidade a todas essas filósofas é, em parte, uma forma de mostrar que, quando dialogamos com elas, nós também estamos ocupando a filosofia. Trazer as questões de gênero para nossa área de estudo é uma tentativa de construir um discurso que contemplará nossos problemas cotidianos, além de poder incluir as diversas mulheres que não têm as mesmas oportunidades de estudar e não aprenderam a dar um nome aos abusos sofridos. Falar de mulheres e para mulheres é uma tarefa essencial na luta contra opressões e exclusão sistemática. Precisamos então conhecer a história de pensadoras para que o apagamento delas não seja repetido com tantas

mulheres que fazem filosofia e com aquelas que pretendem fazer. Assim, além da consulta às obras de autoria feminina na história da filosofia, é igualmente importante buscarmos o maior número possível de comentadoras das obras de filósofas e filósofos, a fim de valorizarmos seus trabalhos.

Ressalto ainda que essas pensadoras precisam de uma representação positiva. Não podemos enxergá-las tais como as mulheres foram historicamente retratadas, ou seja, enquanto pessoas frágeis, submissas, sedutoras, incompetentes ou obscuras. Nem mesmo podemos ver a sensibilidade a qual tanto nos atribuem, mas que permeia todos os seres humanos, sob o viés de uma característica negativa. Somente modificando: a representação feita sobre nossa existência; a linguagem que coloca o homem como único sujeito; as premissas que falam em indivíduos neutros e desligados de uma situação de vida; as formas de pesquisa que nos orientam a valorizar mais os trabalhos de filósofos; as bibliografias dos nossos cursos; o vocabulário com termos excludentes; as crenças infundadas de que mulheres têm menos ideias e são biologicamente inferiores; o hábito de que mulheres precisam pedir desculpas ao emitirem uma opinião, especialmente quando é diferente da opinião dos homens; um contexto que normaliza casos de assédio e machismo, é que podemos criar e revisitar filosofias com as quais possamos nos identificar e alcançar uma legítima igualdade. Aqui está o convite à leitura e reflexão, mas em especial, à abertura de horizonte que nos permitirá conhecer e incorporar o trabalho de mulheres aos nossos estudos.

*

Aspásia de Mileto para a filosofia de Sócrates

Falar de pensadores que estão muito distantes de nosso tempo é um desafio em relação à veracidade dos fatos que os cercam, especialmente quando se trata de alguém que não deixou textos escritos. O que conhecemos de Sócrates (c. 469 a.C. – 399 a.C.), filósofo grego que marca a distinção entre eras filosóficas, chegou até nós por meio dos diálogos platônicos. Ao admitir “só sei que nada sei”, ele partiu de um método de perguntas e respostas para chegar mais perto da verdade. Sócrates conduziu reflexões sobre a virtude, o bem, a justiça, o conhecimento e a *pólis*, a fim de modificar tradições. Por isso, foi acusado e condenado por supostamente corromper a juventude. Se a civilização grega foi aquela que difundiu o filosofar, é importante conhecermos bem seus pensadores, mas também é especialmente necessário encontrarmos as mulheres que fizeram parte desse processo.

Aspásia de Mileto (c. 470 a.C. – c. 401 a.C.) foi uma filósofa “estrangeira” em Atenas. Recebemos relatos sobre ela através da sua participação no debate intelectual da cidade e dos testemunhos de outros pensadores, tais como o diálogo platônico *Menêxeno* e o texto *Vida de Péricles*, de Plutarco. Não cabe aqui descrever qual foi seu envolvimento com Péricles, uma vez que sua própria vida é mais interessante do que seu lugar em relação a um homem. Apenas é preciso mencionar que conhecer tal fato foi essencial para que nos chegassem alguns registros sobre a pensadora. Ainda é discutível se Aspásia realmente dirigiu uma escola voltada para a educação feminina e também se era realmente uma sofista, porém, enquanto dominadora da arte retórica, uma das teorias mais fortes sobre sua atividade diz respeito ao fato de que ela reunia à sua volta os interlocutores que eram bastante conhecidos e ativos na cidade. Assim, até mesmo Sócrates, Platão e Péricles teriam aprendido a discursar em sua companhia e através dos seus ensinamentos. De fato, não nos importa qual sua relação com Péricles – se foi efetivamente sua esposa, uma amante ou sua mentora. Mas a história nos mostra por inúmeros exemplos que, quando uma mulher se destaca por ter opiniões e por ocupar algum lugar considerado masculino, em algum momento ela é culpada por guerras, associada a papéis secundários ou recebe apelidos negativos em torno de sua reputação. Que Aspásia não seja tão conhecida e Sócrates tenha se tornado uma das figuras mais ilustres do mundo filosófico, só expressa o silenciamento ao qual as mulheres sempre foram condenadas. Essa postura apaga as possibilidades de que elas tenham sido pensadoras originais e indispensáveis para a história do saber, inclusive que tenham sido fundamentais para que muitos homens tenham aprendido a filosofar, como se defende no caso da filósofa de Mileto.

Christine de Pizan para a filosofia de Pedro Abelardo

Pedro Abelardo (1079 – 1142) foi um filósofo medieval que se dedicou aos pensamentos lógico, ético e teológico. Uma teoria muito difundida foi a dúvida metódica, quando ele defendeu que esse passo deveria marcar o princípio do conhecimento. Seu método tinha um caráter hermenêutico e pretendia fazer uma análise dos textos religiosos para conferi-los autenticidade. Abelardo reconheceu os limites da mente humana, ao mesmo tempo em que atribuiu à *ratio* o papel fundamental de crítica dos conteúdos apresentados a nós, chamando-a de razão dialética e afastando-se da ideia de que os homens poderiam alcançar uma verdade absoluta. Outro aspecto marcante da sua filosofia foi ter defendido que a moral reside na alma e só depois se reflete em atos externos, sendo assim o pecado um ato voluntário.

Nascida em Veneza, mas criada na França, a filósofa e poetisa Christine de Pizan (1363 – c. 1430) escreveu alguns dos primeiros textos feministas, além de ser considerada a primeira mulher ocidental a viver da palavra escrita. Isso lhe conferiu independência e um lugar de prestígio na história, já que muitas mulheres foram expressivamente proibidas de escrever. Ela produziu obras filosóficas, poéticas e biográficas, incluindo aí um poema sobre Joana D'arc. Christine de Pizan era uma filósofa humanista e falava sobre as virtudes: por exemplo, justiça, magnanimidade, clemência, verdade e prudência – a maior das virtudes – eram lembradas por ela como um caminho para as melhores relações entre seres humanos. Menciono aqui dois livros essenciais para conhecermos seu pensamento. Assim como muitos de seus textos se dirigiam a regentes e cavaleiros, *Le livre de paix* (1413) é um tratado escrito para o duque de Guyenne, filho do rei francês (ela era uma frequentadora da corte francesa) e seu objetivo é argumentar sobre a instauração da paz e seus benefícios, com a intenção de alcançar o bem comum. Trata-se, portanto, de um texto de caráter moral e político. O outro livro fundamental é *Cité des Dames* (1405), que sintetiza uma crítica feita à afirmação aristotélica de que as mulheres são naturalmente inferiores e imprudentes. Para ela, as mulheres eram capazes de criar sua própria realidade e essa postura foi bastante renovadora na sociedade medieval. Embora alguns dos conselhos propostos às mulheres ainda sejam referentes à boa conduta e à obediência ao marido através de uma relação amorosa, assim como ela sugeriu que a mulher mantivesse uma posição de firmeza que se assemelhasse a uma postura denominada “masculina”, não se pode negar que se trata de um trabalho feminista, pois sua preocupação era a construção de uma cidade ideal na qual prevalecessem a defesa das mulheres e sua proteção tanto moral como física. Apesar de não ser contemporânea de Abelardo, é interessante mostrá-los como equivalentes, pois fizeram parte de uma época de intensa prática intelectual e algumas de suas reflexões refletem a importância que ambos deram à palavra escrita e à construção de textos com caráter moral.

Anne Conway para a filosofia de Baruch de Spinoza

Baruch de Spinoza (1632 – 1677) foi um filósofo racionalista holandês e seguia o ofício de polidor de lentes. Pensador da modernidade, ele foi influenciado pelas características desse período e escreveu utilizando um método geométrico, ou seja, seu texto era formado por definições, notas e corolários que seguiam uma ordem lógica, rigorosa e expositiva. Spinoza dizia que cada coisa é dotada de *conatus* – potência que faz os entes preservarem seu ser. Essa potência aumenta ou

diminui conforme afetos positivos ou negativos, respectivamente, encontram um corpo e resultam em alegria ou tristeza. A alegria perfeita foi denominada por ele de *beatitudo* e significava uma identificação com Deus. Mas para o filósofo, este Deus não é o cristão e sim, uma substância infinita e alcançada pela via da razão. Apesar de suas obras terem sido censuradas, Spinoza ficou bastante conhecido em vida. Até hoje seu pensamento é admirado por outros filósofos e segue influenciando pesquisadores de diversas áreas.

Anne Conway (1631 – 1679) nasceu em Londres e teve uma educação informal. Leitora de Descartes, Hobbes e Spinoza, estava bastante familiarizada com os temas comuns à filosofia moderna, a qual foi influenciada pelas novidades das ciências experimentais e pela mecânica. Apesar de só ter sido publicada uma obra póstuma (*The principles of the most ancient and modern philosophy*), suas influências são notáveis na obra do filósofo e cientista alemão Gottfried Wilhelm Leibniz a partir da ideia de que Deus estaria no centro dos seus sistemas. Para ela, Deus seria um agente necessário, eterno, imutável, perfeito, onipresente e fonte natural de criação. Teria sido então a partir da criatividade e não de uma decisão deliberada que Ele gerou o mundo e os seres. Assim, a temporalidade e a mudança só se aplicam às criaturas. Mas no momento em que Deus cria, dá um pouco de si às criaturas dotadas de mônadas, enquanto Ele seria uma substância dotada de características ideais. Essa harmonia entre espírito e corpo, eterno e transitório, perfeição e imperfeição aconteceria através da figura de Cristo; a própria vida é o que estes três tipos de seres – Deus, Cristo, criaturas – têm em comum. Isso também possibilitaria superar o dualismo entre alma e corpo, uma vez que, ao terem alguma propriedade em comum, não seria possível haver uma separação radical entre res extensa e res corpórea. A diferença entre Anne Conway e os mecanicistas de seu tempo é que para eles a mecânica influencia o movimento dos corpos, enquanto a autora não considera a mecânica determinante: o movimento se trata de uma característica vital. Apesar de não ser uma filósofa feminista, é essencial conhecermos o pensamento de uma mulher que dialogou criticamente com filósofos que até hoje fazem parte do cânone moderno, enquanto ela permanece excluída.

Mary Wollstonecraft para a filosofia de Jean-Jacques Rousseau

O filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau (1712 – 1778) foi um pensador do século XVIII. Uma de suas principais obras *Emilio ou da educação* (1762) é um tratado sobre a criação e a instrução de um jovem aristocrata. Aí se encontram teorias que versam sobre um dos temas abordados pelo

autor: a natureza humana. A educação era importante para corrigir toda a corrupção que a sociedade provoca no homem que nasce naturalmente bom. Porém, o texto é notadamente machista, pois na sua concepção, a mulher é destinada a obedecer e agradar aos homens, a partir da crença de que sua meta de vida seria conquistar um marido que lhe proporcionasse uma vida digna. A consequência inevitável foi o rebaixamento das mulheres e, por isso, buscar na sua obra apontamentos frutíferos para a educação traz consigo a urgência de procurar em outras fontes as contribuições filosóficas que colocam homens e mulheres em igualdade.

Foi em parte como resposta às ideias de Rousseau que a filósofa inglesa Mary Wollstonecraft (1759 – 1797) escreveu um tratado a favor de uma educação mais adequada e igualitária para as mulheres, intitulado *Reivindicação dos direitos da mulher* (1792). Nessa obra, ela faz uma análise da sociedade na qual está inserida e do modo como toda mulher é determinada a seguir um papel que estaria de acordo com uma natureza considerada frágil, passiva, inocente, sensível e menos racional. Um dos motivos seria o sistema de educação criado por homens e para homens, excluindo todas as mulheres da esfera pública de decisões e trabalho, o que as impediu de desenvolver suas habilidades, escrever, filosofar, governar e comandar. Assim, mesmo que as virtudes sejam conquistadas pela razão, apenas os homens detinham o privilégio de adquirir uma educação voltada para seu desenvolvimento. A tese dessa pensadora consistia em propor um modelo de educação que buscasse permitir que mulheres adquirissem opinião própria e uma instrução voltada para suas competências, ao invés de lhes conferir um ideal de feminilidade e obediência aos homens. Em síntese, ela também reivindicava independência intelectual. Embora ela defendesse que a mulher bem educada poderia se tornar melhor mãe e esposa, não se pode negar que seus ideais iluministas foram indispensáveis para contrapor Rousseau e a educação vigente, abrindo espaço para que mulheres superassem o silenciamento e atingissem o conhecimento através do exercício da mente.

Harriet Taylor Mill para a filosofia de John Stuart Mill

O filósofo e economista britânico John Stuart Mill (1806 – 1873) destacou-se por suas posições políticas e por fazer parte de um grande círculo de intelectuais. Seus principais temas versaram sobre a liberdade individual, a emancipação das mulheres e o utilitarismo. Fazendo parte de uma tradição empirista, dedicou-se à lógica. Mas foram seus tratados sobre ética, moral e política que mais se destacaram em uma sociedade que se modificava industrial e economicamente, exigindo novas condições de trabalho e de distribuição de renda. Para ele, a sociedade é formada

por uma pluralidade de indivíduos que deveriam ser capazes de escolher o melhor modo de vida, desde que não se ferisse a liberdade do outro. A sociedade deve criar condições de respeito, valorização e igualdade entre homens e mulheres. E isso deve ser feito sempre tendo como fim o máximo possível de felicidade e o mínimo de sofrimento para os seres humanos, de acordo com a máxima utilitarista.

Harriet Taylor Mill (1807 – 1858) foi uma filósofa, sufragista e ativista inglesa, que viveu e desenvolveu seu pensamento crítico na era vitoriana. Ao conhecer John Stuart Mill, ela ainda era casada com John Taylor que, embora a incentivasse a participar de reuniões compostas por pensadores e a apoiasse na luta pelas causas das mulheres, não permitia que a pensadora assinasse os trabalhos feitos em parceria com o filósofo que se tornaria seu segundo marido após ela ficar viúva. A submissão da mulher aos homens era um tema de debates constantes para a filósofa e ela acreditava que as mulheres poderiam encontrar um caminho para a libertação no direito ao voto, mas isso só seria possível quando elas também pudessem representar umas às outras em cargos políticos, tivessem igual acesso à educação e entrassem no mercado de trabalho com os mesmos direitos que os homens tinham. Aliás, todas essas seriam condições para que as mulheres pudessem ter autonomia na maternidade, não sofrer com violência doméstica e escolher ou não o matrimônio, incluindo o reconhecimento do divórcio quando necessário para sua libertação. Mas enquanto a filósofa defendia a independência feminina através do trabalho e do divórcio, Stuart Mill ainda achava que a mulher casada deveria se dedicar ao marido, ao lar e aos filhos que viessem a ter. Outra marca distintiva de seu pensamento foi ter se posicionado contra a tirania da sociedade em impor regras que deveriam ser seguidas por um sujeito em detrimento da própria liberdade. Nesse caso, ela não se refere apenas ao domínio dos homens sobre as mulheres, como também se trata em como a classe dominante interfere nas ideias, na moralidade e no trabalho da classe operária. Apesar de ter publicado somente dois ensaios em seu nome, traços de suas ideias estão presentes na obra de seu ilustre marido, a partir de uma colaboração direta na escrita dos textos, das revisões feitas e dos diálogos constantes entre os dois pensadores, de modo que ler John Stuart Mill é também ler Harriet Taylor Mill.

Edith Stein para a filosofia de Edmund Husserl

Considerado o grande nome da fenomenologia, Edmund Husserl (1859 – 1938) desenvolveu um método que pretendia elevar a filosofia ao estatuto de ciência rigorosa. Sua premissa é descrever

os fenômenos a partir da consciência e sem pressupostos, o que fez com que se mantivesse preso a uma espécie de subjetivismo. Dentre os conceitos desenvolvidos por Husserl, destacam-se os de corpo e intencionalidade. Com a intencionalidade, ele quis dizer que toda consciência é consciência de algo, ou seja, ela é capaz de se direcionar a qualquer objeto presente no mundo real e àqueles presentes nas lembranças e na imaginação, além de apreender toda essência e fundamentar o saber. Já em um período mais tardio da sua fenomenologia, Husserl passou a avaliar o homem como um sujeito com um corpo vivo e animado, inserido no mundo e dotado de especificidades diante das coisas materiais. Essa foi uma tentativa de superar o psicologismo a partir da ideia de que estamos em um mundo que é campo de experiências sociais, permitindo-nos ir além da introspecção à qual a modernidade submeteu os seres humanos.

A partir de um estudo especializado da fenomenologia, a filósofa e teóloga alemã Edith Stein (1891 – 1942) nos apresenta grandes contribuições herdadas do método elaborado por seu professor. Ela determina um marco filosófico ao desenvolver a noção de *empatia* a partir da distinção husserliana entre o corpo físico (*Körper*) e o corpo vivo (*Leib*). Em outros termos: o corpo enquanto algo material integrado ao mundo e o corpo de cada *eu*, cheio de pulsões, ligado à alma e senciente. Por essa razão, o corpo vivo não se restringe a funções orgânicas, pois também abarca em si nossas vontades, sensações e as vivências que temos em primeira pessoa, as quais são sempre inseparáveis de nós e, ao mesmo tempo, comunicáveis aos outros. Ao escrever uma tese sobre a *empatia*, Edith Stein trouxe elementos inovadores para a compreensão de que o outro seja levado em consideração não apenas como um mero corpo físico, senão como um corpo vivo. Assim, o outro pode ser compreendido em nossas relações intersubjetivas, embora eu jamais possa experimentar as mesmas vivências do outro de forma tão originária como experimento a mim mesma. A empatia tornou-se um conceito essencial para a fenomenologia na medida em que, ao se voltar para as coisas mesmas, a consciência também se volta para os outros e cria uma relação de compreensão, onde cada um amplia seus próprios horizontes a partir do pressuposto de que compreender o outro é expandir sua visão de mundo, incluindo um olhar externo e inovador que cada um pode direcionar a si próprio, ao mesmo tempo, ampliando o alcance da intencionalidade e a aplicação do conceito.

Hannah Arendt para a filosofia de Karl Jaspers

Karl Jaspers (1883 – 1969) foi um filósofo alemão que atuou nas áreas de psicologia, epistemologia e existencialismo. Muitas de suas produções filosóficas tinham relação com os

eventos vividos por uma existência concreta. Amigo íntimo de Hannah Arendt e mantendo uma relação conturbada com Martin Heidegger, era um pensador comunicativo e engajado no ambiente universitário. Um dos seus pontos de discussão é a liberdade e até que ponto, em situações-limite, nós somos livres para fazermos nossas escolhas, as quais sempre vêm com alguma responsabilidade. Essa posição se reflete em sua abordagem do nazismo, já que ele defendia que o povo alemão tem a obrigação de assumir a responsabilidade por esse acontecimento trágico ao invés de fugir da culpa ou de negar suas posições diante do evento.

Judia e alemã, Hannah Arendt (1906 – 1975) talvez seja uma das pensadoras mais conhecidas do mundo. Filósofa e teórica política, sua produção dialoga amplamente com a vida prática. As filosofias de Aristóteles, Heidegger, Husserl e Jaspers a influenciaram fortemente, porém, foi sua própria condição de ser uma mulher judia que conduziu seu pensamento. Ao sair da Alemanha e migrar para os Estados Unidos, ela realizou inúmeras pesquisas, ensinou filosofia política e escreveu obras notáveis, tais como *As origens do totalitarismo* (1951), *A condição humana* (1958) e *Sobre a revolução* (1963). Todas essas obras têm em comum uma revisão dos conceitos fundamentais da política a partir dos problemas encontrados durante a construção de sociedades sólidas. Na tentativa inicial de compreender seu lugar na Alemanha nazista, Hannah Arendt trouxe à discussão a realidade na qual vivia, em especial, tentando entender as causas e consequências do antissemitismo. Portanto, suas reflexões sobre o antissemitismo e o surgimento de governos imperialistas ganharam substância a partir de suas experiências concretas e de um olhar investigativo para sua época, na qual regimes totalitários buscavam controlar a educação e o trabalho, por exemplo. Certamente podemos identificar suas ideias com os eventos políticos e sociais vividos no mundo contemporâneo. A natureza humana, a liberdade, a autoridade e o *labor* – que expressa a condição natural que homens e mulheres carregam de se dedicarem ao trabalho produtivo – foram preocupações constantes em um ambiente global ameaçado por guerras e pelo fascismo. O espaço público no qual vivemos seria o lugar da ação humana, muitas vezes entendida pela autora como uma atividade política e fundamental para a constituição dos eventos de um mundo permeado por revoluções. Produzir filosofia nos tempos do nazismo a permitiu analisar fenômenos políticos e morais para os quais não podemos fechar os olhos e devemos evitar que se repitam. Revelando-se como uma intelectual independente, seu pensamento continua atual e, por isso, a recepção de sua obra merece cada vez mais atenção e reconhecimento.

Simone de Beauvoir para a filosofia de Martin Heidegger

Martin Heidegger (1889 – 1976) foi um filósofo alemão que desenvolveu a noção de *facticidade* para expressar o fato de que existimos e estamos cercados por circunstâncias das quais não podemos escapar. Ao mesmo tempo, temos o poder de nos lançarmos ao mundo para tomarmos decisões. A facticidade é o caráter ontológico que constitui nosso modo de ser e expressa um significado de vida que passa por nossas experiências concretas. Justamente por isso, Heidegger destacou que uma das formas de abertura do ente humano para o ser acontece através da *afetividade*, dimensão que nos coloca em sintonia com as coisas e os eventos que nos afetam para além da consciência. Mas apesar de ter trazido à discussão o entendimento de que somos entes concretos no mundo, Heidegger continuou preso à ideia de um ente neutro quando determinou nosso principal modo de ser enquanto *Dasein*.

A filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908 – 1986) foi uma grande leitora da obra de Heidegger e se apropriou de alguns dos conceitos da tradição fenomenológica para criar um pensamento original. Não é por acaso que uma das suas principais obras é tanto um rico tratado filosófico como também um grande manifesto feminista. *O segundo sexo* (1949) constitui-se como um objeto de estudo essencial para as teorias feministas porque avalia a *situação* concreta das mulheres e busca superar o sexismo biológico, o qual nos impõe regras baseadas em supostas limitações características do sexo feminino. Ser mulher não é apenas uma condição biológica, mas principalmente, uma formação cultural e social. Assim, a ideia de *vida fática* é enriquecida quando a filósofa existencialista nos mostra uma aplicação mais prática do conceito nas avaliações sobre o sexo feminino e suas características diversas, superando aquela noção de sujeito que não dá mais conta de avaliar nosso modo de ser no mundo contemporâneo e nossas especificidades. Nesse caso, Simone de Beauvoir se posiciona contra o *essencialismo*, o qual reduziria todas as mulheres a uma categoria fixa, isenta de diversidade e sem múltiplas possibilidades de existência. Portanto, assim como Heidegger fez com a hermenêutica da vida fática, ela estabeleceu uma interpretação que busca superar um ideal de natureza humana e se volta para a existência, contando com os méritos de destacar as vivências políticas dos entes humanos. Conhecer sua obra é importante para um entendimento mais amplo do que significa ser mulher e ainda nos permite um novo olhar sobre as experiências concretas analisadas pelo existencialismo. Embora ela esteja sempre associada ao pensamento de Jean-Paul Sartre, é indispensável reconhecê-la como uma difusora de ideias propriamente fenomenológicas, tal como fizeram muitos pensadores.

María Zambrano para a filosofia de Benedito Nunes

Benedito Nunes (1929 – 2011) foi um filósofo e crítico literário brasileiro. Um entre os mais importantes objetos de pesquisa deste paraense foi o legado do filósofo alemão Martin Heidegger, além de ter sido intérprete de outros autores como Nietzsche e Sartre. A maior parte da sua produção se concentra nos principais conceitos em torno do diálogo entre filosofia e literatura, com ênfase na hermenêutica – campo de saber que realiza a interpretação de textos, obras literárias e da própria vida. Além disso, realizou inúmeras pesquisas sobre escritores consagrados, tais como Clarice Lispector, Machado de Assis e Guimarães Rosa. Com isso, a poesia adquiriu uma importância essencial para suas meditações, transitando entre composição literária e forma de pensamento filosófico.

María Zambrano (1904 – 1991) foi uma filósofa espanhola e seu pensamento se aproxima bastante do estilo poético. Uma pensadora que viveu o exílio em muitos países e teve a oportunidade de conhecer diversos intelectuais e artistas certamente não se prenderia a um método filosófico puramente racional, já que ela mesma reconheceu que a filosofia tem a cada tempo um gênero literário e um ritmo próprios, dotados de uma conexão com a vida que vai além do âmbito intelectual. Suas principais influências foram: o pensamento grego, a metafísica, o vitalismo, a fenomenologia e o existencialismo. Com isso, ela mostrou que a própria vida era o cerne da sua produção e se expressaria muito melhor pela poesia do que pelo discurso racional. Trago em destaque um tema que, de certo modo, faz referência às raízes da filosofia e às questões comuns de um tempo que exigia um novo olhar que distanciava o ser humano das modificações técnicas do mundo: a poesia. Para María Zambrano, a poesia é a linguagem que resgata o que existe em nossa memória. E uma vez que, ao mesmo tempo, a filosofia surge como uma expressão através da palavra e, em especial, como uma justificação, ela traz em si a necessidade de retornar às origens e dizer o ser. Nesse sentido, filosofia e poesia criam a palavra através de elementos em comum: ambas se baseiam na experiência do espanto; são expressões de uma existência finita ao invés de se formarem como ideias de um sujeito absoluto; são formas de pensar onde criadores e palavras não se separam, ao contrário, filósofos e poetas jamais deixam de se identificar com suas obras. Se é inegável que ela tenha sido influenciada por José Ortega y Gasset, não é menos fundamental ressaltar que Zambrano merece ser lembrada como uma mulher de pensamento único e vital.

Djamila Ribeiro para a filosofia de Vladimir Safatle

Vladimir Safatle (1973) é um filósofo brasileiro que se destaca pelo diálogo sobre nosso papel enquanto sujeitos políticos e psíquicos. O professor universitário assina colunas que nos fazem refletir sobre nossa situação de vida e as condições que regem o mundo contemporâneo em diversas esferas: trabalho, poder, amor, democracia, materialismo, estado, afetos. A intersecção entre filosofia, estética e psicanálise serve como suporte para que possamos responder e levantar perguntas que nos cercam em um cotidiano que passa por crises políticas cada vez mais intensas. Diante da fragilidade da democracia, sua crítica social é cada vez mais urgente, em especial, na tentativa de possibilitar que intelectuais sejam ativos em questões que atingem diretamente as vivências do povo.

Djamila Ribeiro (1980) não é popular apenas nas redes sociais: a jovem e experiente filósofa brasileira tem percorrido o país e o mundo ministrando falas que abordam problemáticas relativas à sociedade contemporânea. Negra e feminista, ela traz discussões indispensáveis sobre a condição das mulheres negras e periféricas, embora algumas de suas reflexões também se traduzam a favor de toda pessoa que se identifique com o gênero feminino. Além disso, a pensadora é atuante em diversas questões sociais, em especial, diante de experiências que temos vivido no Brasil em relação a estas questões: racismo, identidade, vida pública, novas epistemologias, relações de domínio, cultura, linguagem e ética. Um dos principais conceitos tratados por Djamila Ribeiro é o *lugar de fala*, o qual surge contra toda forma de silenciamento instituído pelo racismo estrutural e se refere a um lugar que não é imutável, mas que na verdade se torna mais profundo conforme a opressão aumenta. No caso, mulheres negras são mais vulneráveis do que mulheres brancas; mulheres lésbicas e transexuais são mais vulneráveis do que mulheres heterossexuais e assim por diante. A condição da mulher é diferente da condição masculina e a pensadora destaca, sobretudo, que as necessidades das mulheres negras devem se apoiar em um discurso próprio, pois elas sofrem as opressões mais violentas. Segundo a filósofa, é essencial reconhecer que todo discurso é histórico e político, jamais um amontoado de palavras ou um processo puramente interno. Para ter sentido, a fala depende da situação vivida e, por essa razão, o lugar de fala legitima o próprio direito de existir, formando um conceito fundamental para colocarmos no centro as existências que foram mantidas apenas nas margens da história.

*

É possível ainda mencionar mais pensadoras: Safo de Lesbos, Diotima de Mantinea, Hypatia de Alexandria, Hildegard de Bingen, Lou-Andreas Salomé, Rosa Luxemburgo, Simone Weil, Iris Murdoch, Mary Midgley, Philippa Foot, Nel Noddings, Luce Irigaray, Carol Gilligan, Marilena Chauí, Gloria Anzaldúa, Julia Kristeva, Françoise Dastur, Angela Davis, Martha Nussbaum, Jeanne Marie Gagnebin, Iris Marion Young, Alicia Puleo, Nancy Fraser, Seyla Benhabib, Linda Alcoff, Judith Butler, Amie Thomasson, Sara Heinämaa, Marcia Tiburi. Ainda que de forma muito breve e deixando de lado outras mulheres notáveis, o que propus aqui foi apresentar grandes filósofas diante do pensamento de homens já consagrados, mas que certamente não devem ser os únicos lidos e pesquisados, muito menos detêm a verdade em torno de um tema. E se por um lado é lamentável saber que ainda há muitas pensadoras desconhecidas, a boa surpresa durante a confecção deste texto foi descobrir que houve e há mais mulheres filosofando do que supomos. Temos então a tarefa de redescobri-las e colocá-las no centro de nossos olhares para a história da filosofia, rompendo com a supremacia do ponto de vista masculino.

REFERÊNCIAS

DE BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 3ª edição. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

CASTRO, Carolina Sánchez. "Aspasia de Mileto". In: *Circe de Clásicos y Modernos*, v. 19, p. 79-92, 2015.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 12ª edição. Editora Ática: São Paulo, 2001.

ETTINGER, Elzbieta. *Hannah Arendt – Martin Heidegger*. Tradução de Mario Pontes. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1996.

FRANKEL, Lois. "Anne Finch, Viscountess Conway". In: WAITHE, Mary Ellen (Ed.), *A history of women philosophers, volume 3, Modern Women Philosophers, 1600-1900*. Kluwer Academic Publishers: Dordrecht / Boston / London, 1991.

GREEN, Karen. "Introduction". In: GREEN, Karen, MEWS, Constant J., PINDER, Janice (Ed.). *The book of peace by Christine de Pizan*, Pennsylvania State University Press: Pennsylvania, 2008.

JACOBS, Jo Ellen. *The voice of Harriet Taylor Mill*. Indiana University Press, Bloomington: Indiana, 2002.

MISSAGGIA, Juliana. "Sobre a originalidade de Edith Stein: o papel da distinção entre *Körper* (corpo físico) e *Leib* (corpo 'vivo') para a empatia e a constituição do eu". In: *Revista de filosofia: Aurora*, v. 29, p. 799-818, 2017.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Letramento: Belo Horizonte, 2017.

WAITHE, Mary Ellen. "Aspasia of Miletus". In: WAITHE, Mary Ellen (Ed.), *A history of women philosophers, volume 1, Ancient Women Philosophers, 600 B.C. -500 A.D.* Kluwer Academic Publishers: Dordrecht / Boston / London, 1987.

WAITHE, Mary Ellen. "Hannah Arendt". In: WAITHE, Mary Ellen (Ed.), *A history of women philosophers, Volume 4 Contemporary Women Philosophers 1900-today.* Kluwer Academic Publishers: Dordrecht / Boston / London, 1995.

WAITHE, Mary Ellen. "Harriet Taylor Mill". In: WAITHE, Mary Ellen (Ed.), *A history of women philosophers, volume 3, Modern Women Philosophers, 1600-1900.* Kluwer Academic Publishers: Dordrecht / Boston / London, 1991.

WAITHE, Mary Ellen. "Roswitha of Gandersheim, Christine Pisan, Margaret More Roper and Teresa of Avila". In: WAITHE, Mary Ellen (Ed.), *A history of women philosophers, volume 2, Medieval, Renaissance and Enlightenment Women Philosophers, 500-1600.* Kluwer Academic Publishers: Dordrecht / Boston / London, 1989.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Tradução de Ivania Pocinho Motta. Boitempo: São Paulo, 2016.

ZAMBRANO, María. *Hacia um saber sobre el alma*. Alianza Editorial: Madrid, 2000.